



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

PORTARIA SEFA Nº 88/AJUR, DE 6 DE OUTUBRO DE 2020.

Instaura Tomada de Contas Especial na Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR).

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA, FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 22, do Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, alterado pelo Decreto nº 8.909, de 22 de novembro de 2016; o inciso XI do art. 4º e o inciso XX do art. 8º, todos do Regulamento da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (ROCA 20-8), aprovado pela Portaria nº 1.409/GC3, de 13 de agosto de 2019; o art. 105 do Regimento Interno da Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica (RICA 20-2), aprovado pela Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 16 de agosto de 2019; o inciso XXII do art. 5º do Regulamento da Diretoria de Administração da Aeronáutica (ROCA 21-26), aprovado pela Portaria nº 1.560/GC3, de 29 de novembro de 2016; o inciso XXVI do art. 5º do Regulamento do Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (ROCA 21-99), aprovado pela Portaria nº 2.105/GC3, de 18 de dezembro de 2018; o § 1º, inciso IX, do art. 46, o inciso XII do art. 47, os arts. 267 ao 274, todos do Regulamento de Administração da Aeronáutica (RADA 12-1), aprovado pela Portaria nº 726/GC3, de 2 de julho de 2020; combinado com o inciso III, do art. 5º; letra b, do § 2º do art. 4º; todos da Portaria nº 1502/GC4, de 11 de outubro de 2017; e, conforme preconiza o art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 “Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU)” e o art. 5º da Instrução Normativa (IN) – TCU nº 71, de 28 de novembro de 2012, modificada pela IN – TCU nº 76, de 23 de novembro de 2016, e considerando o que consta no processo nº 67022.010951/2020-61, resolve:

Art. 1º Instaurar, na UG 120044, Pagadoria de Inativos e Pensionistas da Aeronáutica (PIPAR), subordinada ao Centro de Apoio Administrativo da Aeronáutica (CEAP), da Diretoria de Administração da Aeronáutica (DIRAD), Tomada de Contas Especial (TCE), com o objetivo de apurar os danos ao Erário, decorrente do pagamento indevido ao beneficiário da pensionista PECV RUTH DUTRA, IGOR RÉGIS KROENLEIN CANTANHEDE, tendo em vista não ter relato de dependência econômica, sendo esta condição indispensável para a concessão da pensão, constatado na conclusão do IPM instaurado pela Portaria PIPAR nº 47/SINT/2019.

Art. 2º Designar os militares, abaixo nominados, do efetivo da PIPAR para comporem a Comissão de Tomadores de Contas:

I - Presidente: 1º Ten QOCON FLAVIO Gingeira de AGUIAR, Nr. Ord. 6725716, CPF nº 029.490.237-62, endereço: Rua Santa Rosa 141, apt 701, Santa Rosa, CEP 24240-225, Niterói/RJ e e-mail: flavioaguiarfga@fab.mil.br; e

II - Membro e Relator: SO QSS CLÁUDIO Machado Marins de Oliveira, Nr. Ord. 3040542, CPF nº 023.164.897-96, endereço: Rua Antônio Pereira, 870, casa, Cabuis, CEP 26540-005, Nilópolis/RJ, telefone nº (21) 98036-5555 e e-mail: claudiocmmo@fab.mil.br.

Art. 3º A Comissão ficará, desde logo, autorizada a praticar todos os atos necessários e pertinentes ao desempenho de suas funções, cabendo à Organização inicialmente citada e aos Agentes da Administração, Gestores e Agentes Públicos diretamente envolvidos no processo, ao seu tempo, a prestação das informações e de apoio que lhes forem requeridos pela Comissão de Tomadores de Contas.

Art. 4º A Comissão da TCE poderá utilizar como meios adicionais de consulta e de fundamentação o IPM instaurado para apuração dos fatos em apreço, além de outros, a seu critério, para o deslinde da conclusão do presente processo.

Art. 5º Os membros da Comissão desenvolverão os trabalhos sem prejuízo de suas atribuições rotineiras e conforme for deliberado pelo seu Presidente. Para tanto, a Comissão poderá recorrer ao expediente de solicitar aos Agentes da Administração, Gestores e Agentes Públicos diretamente envolvidos esclarecimentos sobre o processo, mediante a formulação de questionamentos pontuais, com lastro na análise documental dos referidos processos e posteriormente, com fulcro na consolidação destas informações, efetuarem questionamentos de forma pessoal.

Art. 6º A Comissão da Tomada de Contas poderá utilizar, no curso dos levantamentos de dados, caso seja necessário, de Assessoramento Técnico e Administrativo de outras Organizações ou mesmo de outros agentes, com a finalidade de esclarecer eventuais pontos que mereçam detalhamento mais definido e necessário à compreensão dos fatos em apuração.

Art. 7º Conceder o prazo de 90 (noventa) dias para conclusão dos trabalhos, podendo o Presidente da Comissão da TCE, solicitar ao Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica, mediante documento formal, prorrogação do prazo, devidamente justificado, por, no máximo, até mais 30 (trinta) dias.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).

Ten Brig Ar MARCELO KANITZ DAMASCENO
Secretário de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica